

DESAFIOS PARA ESTUDOS DA GEOGRAFIA URBANA DE CUNHO HISTÓRICO.

**Adriano Bittencourt Andrade, Universidade Federal da Bahia/Brasil,
abittandrade@terra.com.br**

Qual o valor da história? O que é real a respeito dos fatos históricos? Qual o limite entre o acontecido e o contado/escrito? Qual o significado de recuperar acontecimentos passados diante de uma realidade descontínua e múltipla que toma a todos? A idéia produzida de cronologia histórica linear não seria uma estratégia de poder (FOUCAULT, 2006) que induz ao pensamento único? Não seria uma mera representação do mundo, amplamente aceita pelo conforto que produz? Essas e outras questões certamente atormentaram a quem enveredou por estudos históricos, especialmente para quem não tendo a formação de base lançou olhares aproximados a partir do seu pretense campo disciplinar. Nestes escritos que seguem, este é o desafio prioritário: pensar nos obstáculos e equívocos recorrentes em estudo sobre a história das cidades e do urbano. A produção deste texto é uma tentativa de obter respostas que amadureçam e dê sentido a uma pesquisa iniciada na busca por uma história “não-dita” acerca do Recôncavo baiano¹; para ser mais preciso, de formações urbanas nodais na rede que ali se estabeleceu no período do Brasil colonial. As correntes indagações e tentativas de aplicação teórica indicam que, mais que a apresentação de dados empíricos, ainda que eles venham a aparecer num item ao final do texto, tenta-se encontrar respostas e orientar o pensar de forma coerente com os princípios adotados para a pesquisa.

Desenvolver estudos sobre a história das cidades, significa, como de resto em toda pesquisa histórica, correr riscos ao fazer opções em relação aos conceitos e metodologias adotadas. Elas sempre vão indicar uma parcialidade que rompe com qualquer padrão racionalista cartesiano de uma pretensa ciência imparcial e “verdadeira”. A tomada de decisões desde os pressupostos teóricos passando pela busca por dados empíricos e, especialmente, na construção do discurso é, no conjunto da obra, a produção de uma nova verdade que pode confirmar e se apoiar no já dito, dizer coisas novas ou subverter a “verdade” anterior produzindo novos

¹ Bernard Lepetit (2001, 136) é enfático nesse sentido, quando afirma que “O historiador nunca fará nada além de ativar as dimensões despercebidas do passado transmitido. A tarefa, evidentemente, é interminável”.

paradigmas e, enfim, demonstrando a fragilidade e/ou parcialidade da construção até então aceita como plena verdade. Revela-se, na linguagem de Magnavita (2004), outras facetas da multiplicidade de histórias possíveis numa construção social calcada na diversidade de relações de poder.

Existem três outros graves problemas/riscos recorrentes em pesquisa de base histórica: o primeiro, refere-se ao apoio em estudos já consolidados que revelam um fato histórico tomado como verdadeiro e assumido tal qual o escrito reproduz, o que induz a pensar que livros e outros documentos históricos contêm a verdade vivida e não a interpretação, por vezes fantasiosa, de quem os escreveu ou, para ser mais exato, de quem desejou o feito escrito. Como romper este óbice diante da necessidade de resgatar momentos e relações dados em tempos pretéritos? Como apresentar uma nova história subversiva, como máquina de guerra (MAGNAVITA 2004, p.5). contra os códigos e o saber estabelecido, sem se apoiar em relatos e escritos de uma época passada? A pesquisa primária pode se constituir numa alternativa? De toda forma, qual a fidelidade de dados documentais ou fontes iconográficas de tempos passados? Estas especialmente, os mapas, cartogramas e imagens de toda ordem, que possuem na sua essência uma orientação geopolítica e desejos de revelar específicos componentes territoriais, como tomá-las como base para a descrição de um fato histórico? Essas questões são alertas que devem acompanhar o pesquisador orientando-o na interpretação dos dados a partir de um filtro sobre as intencionalidades de quem produziu o documento histórico.

O segundo problema refere-se ao uso anacrônico de conceitos, termos e categorias de análise desconsiderando as variáveis têmporo-espaciais decisivas na origem daquele constructo. Esse recorrente equívoco requer intensa vigilância e minucioso cuidado no uso das palavras que devem ser entendidas segundo o que revelam em dado tempo e espaço. A não observância dessas variáveis tanto pode levar a alteração do sentido de um texto, como ao risco de utilizar conceitos e categorias que revelam fenômenos de diferentes conteúdos técnicos e, por isso mesmo, que não haviam sido vividos em outros tempos. Na pesquisa aqui proposta, nos depararemos com o uso de tradicionais conceitos da Geografia: Redes urbanas e Regiões, tão habituais na atualidade, porém com sentidos, acreditamos, diversos para o tempo/espaço que pretendemos trabalhar.

O terceiro risco diz respeito à aplicação de idéias e palavras consolidadas pelo uso habitual, mas que possuem um significado próprio e expressam categorias de análise. Como exemplo, pode-se citar o uso habitual do termo “evolução” no sentido cronológico, mas que remete à, conforme indicado alhures, seqüência cronológica linear e progressiva do tempo e dos acontecimentos, o próprio significado de evolução sugere ampliação, melhoria, desenvolvimento. Também é corrente a utilização de terminologias que remetem aos fatos e verdades históricas, como se esses fossem decisões acordadas pela humanidade, verdades inquestionáveis de um tempo passado, porque “provadas” por um método científico, quando se sabe que todo fato é parcial no tempo, no espaço e, principalmente, no sentido. No tempo, a partir da consideração de que, mais que tempo absoluto, vive-se uma diversidade de temporalidades, sobrepostas mesmo dentro de uma mesma data/período cronológico. Diferentes domínios técnicos produzem diferentes temporalidades históricas. A materialidade artificial presente na estrutura de um espaço a partir de uma dada intervenção técnica deixa marcas de uma história social ali vivida, com o conteúdo daquele tempo e espaço, desta forma, só entendidos se combinados numa realização imbricada dos acontecimentos sociais. Recorrendo a Santos² (1997, p.77), retifica-se que “todo e qualquer período histórico se afirma como um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos” que não repercute homogeneamente no espaço/tempo.

Ainda sobre a parcialidade dos fatos na dimensão espacial, cabe a ressalva acerca da variedade escalar, não é possível, hoje ainda mais dado ao imbricado espaço reticulado, fazer recortes escalares estanques, ainda que haja fenômenos de repercussões locais, regionais e outros globais (será?), as diversas interfaces entre esses domínios espaciais não permite o seu uso como sistema hermético. Como reconhecer o Recôncavo como região, nesse foco escalar, sem levar em consideração a sua composição intra e supra regional? Não seriam estes os aspectos que definem o que comumente chamamos de região? Acredita-se que há

² Ainda que de revelada argumentação sistêmica/estruturalista, o erudito geógrafo Milton Santos, faz interfaces com o pensamento pós-estruturalista quando trata da heterogeneidade têmporo-espacial dos acontecimentos históricos, especialmente, no uso do conceito de Evento.

uma diversidade de configurações territoriais em escalas inter-cruzadas de forma transversal que prevalecem a um tempo e espaço hegemônicos.

Sobre a parcialidade dos fatos a partir da sua percepção, do seu sentido, observa-se que cada grupo, ou mais especificamente, cada individualidade vive o acontecer histórico de acordo com as suas experiências e possibilidades de decifrar e interagir com o fenômeno acontecido. O próprio desdobramento do fato se dá a partir das particularidades com que cada grupo social encara, vive e dá sentido ao acontecer. Assim, desmistifica-se definitivamente uma possibilidade única e universal do fato histórico, na verdade, trata-se de infinitas possibilidades de repercussões de uma diversidade de fatos históricos decorrentes do sentido dado por cada grupo societário aos eventos vividos, mesmo que um evento específico tenha maior repercussão que outro.

O entendimento do conceito de Evento talvez venha a esclarecer o fato de que a diversidade possível de acontecer dos lugares nega a idéia posta de uma história cronológica que apresenta o presente como uma única decorrência do passado. Parte-se do pressuposto do evento como “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (Op.Cit., p.115), ou seja é a ratificação do acontecer heterogêneo no tempo e no espaço, confirma-se também que não há evento sem atores que o determinem, incluindo nessa diversidade têmporo-espacial, a sociedade que dá vida e sentido ao acontecer cotidiano. Tratando das repercussões concretas dos eventos no espaço, Milton Santos afirma que:

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entornasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história, e aponta-lo é a grande tarefa dos geógrafos neste fim de século. (SANTOS, 2005, p.162-163).

A multiplicidade de recepção de um evento talvez fique mais clara se relacionada, na micro-escala, ao imaginado, ao vivido e ao dito. Todo evento, fato acontecido

num dado lugar e tempo com uma combinação específica de atores, com maior ou menor repercussão sócio-espacial, possui, na sua essência estas três dimensões que revelam uma imensa diversidade entre os que participaram efetivamente do fato acontecido e, principalmente, com o entendimento deste fato na posteridade, visto que a sua recepção se dá, principalmente, pelo registro, pelo dito e, nesse caso, como indicado alhures, sofre necessariamente interpretações.

Feitas essas considerações iniciais sobre os óbices de uma pesquisa histórica, especificamente sobre as noções de tempo histórico e eventos, tratando da parcialidade dos fatos no tempo, no espaço e no sentido, recorre-se agora à aplicação desse entendimento a um objeto empírico: o estudo das formações urbanas do Recôncavo baiano no período colonial.

A abstração do Recôncavo como Região.

Apesar do Recôncavo se apresentar no imaginário da maioria das pessoas como um espaço reconhecido no entorno imediato da baía de Todos os Santos com diversos sítios antigos e onde se processou a rica cultura canavieira e fumageira em terras baianas, a definição do seu recorte espacial não é tão simples nem tão uniforme assim. Formalmente, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não utiliza o termo Recôncavo, porém inclui os municípios que compõem o entorno da referida baía na mesorregião metropolitana de Salvador. A SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) traz um recorte aproximado com a unidade que classifica como Recôncavo Sul, porém não inclui Salvador e as terras limítrofes da capital. Em seu livro sobre a rede urbana do Recôncavo, Santos (1960) propõe um outro recorte espacial para a mesma região, incluindo municípios mais afastados como Alagoinhas, Irará e Feira de Santana por entender a articulação destes com a rede estudada. Desta forma, apesar da pretensa unidade regional, a definição dos limites não é tarefa fácil, talvez o conceito de Região (CORRÊA, 2001, Terceira Parte) não caiba mais como recorte espacial com relativa homogeneidade interna que a diferencia do entorno, produzindo uma pretensa identidade interior. Não seria mais correto, como orienta Magnavita (2004, p.4) falarmos de diferenças e identidades? Tratar de fatos

homogeneizadores de um recorte regional é generalizar os eventos no tempo e no espaço e, nesse sentido, descartar a diversidade do acontecer sócio-espacial. Mesmo a idéia de finalidade como pressuposto para o recorte regional, exceto para ações de planejamento territorial, guardam o mesmo problema da generalização abstraído a diversidade local e impondo um limite concreto no espaço vivido, como se uma demarcação territorial pudesse dar conta de limitar o espaço do acontecer: até um dado ponto prevalece esta característica, a partir de uma dada fronteira rígida vive-se outra realidade. Reafirma-se que esses recortes são rígidos e atendem apenas aos domínios da Geopolítica e do Planejamento Territorial.

Retomando o Recôncavo baiano, diante do imaginário recorte regional, têm-se, no campo das generalizações, marcas que foram construídas historicamente sob a lógica da ocupação e uso das terras locais por um sistema de comércio internacional que apresentou como variáveis a produção açucareira e o uso da mão-de-obra escrava, posteriormente outros produtos e atividades foram incorporados ao sistema, tal qual o fumo, a pecuária, alimentos para subsistência, o algodão dentre outros. Como indica Pedrão:

Desde o século XVI, o Recôncavo tem sido uma região no sentido rigoroso da expressão (SIC!), integrado pelos elementos da espacialidade e continuidade cultural, dados sucessivamente pelos usos de território da produção açucareira e fumageira (...) A unidade cultural foi dada pela produção escravagista em toda sua complexidade, compreendendo a produção açucareira e as demais formas de produção que lhe foram complementares ou, simplesmente, concomitantes. (PEDRÃO, 1997, P.228-229)

Brandão (1976, p.6), entretanto, se aproximando da crítica à pretensa unidade regional do Recôncavo, lembra que este espaço “jamais fora, ecológica ou economicamente, um espaço uniforme, mas antes um complexo de sub-áreas especializadas”. Essa especialização produtiva no interior do Recôncavo foi alertada por Araújo (2000, p. 20) quando usou da expressão “vários recôncavos”. Diferentemente, Santos (1960), apesar de também precisar a diversidade da configuração física da região, certifica-se da unidade regional a partir das relações estabelecidas no uso do território quando constata que:

A unidade do Recôncavo provinha e provém das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e

da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal). (SANTOS, 1960, p.4).

No mesmo texto, o referido autor ainda trata do Recôncavo petroleiro, este de ocupação e dinâmica mais recente, atrelada à prospecção petrolífera na Bahia na segunda metade do século XX.

Ou seja, dada à diversidade, há grande imprecisão sobre os limites do Recôncavo baiano, existe clareza entretanto que este espaço não é derivação de um único complexo fisiográfico e de que, como generalização, no campo das idéias, a sua unidade regional foi determinada pelas relações que aí se estabeleceram, especialmente associadas à produção canavieira com uso da força do trabalho escravo e voltada aos interesses da colonização portuguesa do território. Esses elementos, bem como as referidas variáveis produtivas consolidaram um imaginário regional que, em parte, se concretizou nas paisagens locais como formas derivadas da ação social, elas são visíveis nos resquícios produtivos do campo (engenhos e lavouras que permanecem) e nas formas urbanas das ocupações históricas que resistem, mesmo que, em alguns casos, se refuncionalizando ou passando por estágios avançados de depredação.

Daí a opção por um entendimento de um Recôncavo múltiplo um recorte espacial que, para efeito de coleta de dados e base cartográfica, possui início e fim, mas que deve ser compreendido sem um limite decisivo onde se processaram uma multiplicidade de eventos, mas especialmente, para o período referenciado, teve largamente a sua dinâmica interna comandada pelos usos determinados pela Coroa portuguesa.

Feitos estes esclarecimentos, no trabalho aqui proposto, far-se-á uso da terminologia Recôncavo para referenciar um amplo recorte espacial. Trata-se de uma amplificação do que tradicionalmente se chama de Recôncavo baiano, entretanto condiz com a proposta de identificação de uma região interconectada no período do Brasil Colonial. Fez-se a opção pelo uso das Vilas e seus termos (o que inclui vastas áreas do sertão baiano) no Recôncavo da baía de Todos os Santos ao final do primeiro quartel do século XVIII, período de maior abundância de dados

(inclusive e especialmente do Arquivo Histórico Ultramarino), de maior produção da riqueza canavieira e fumageira e, especificamente, quando o distrito de Santo Amaro é elevado à condição de Vila, sendo desmembrado da Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde.

Conforme sugerido no debate anterior sobre o uso do conceito de Região, o limite a oeste é simbólico, visto que, se politicamente significa a fronteira do termo das Vilas oitocentistas que existiam no Recôncavo baiano, o extenso território a ser desbravado para além da área de maior concentração urbana/humana junto ao litoral, era, todo ele, designado como “sertões” (AMADO, 1995) ou Minas, já em referência aos espaços de mineração. Mesmo no entorno da baía de Todos os Santos, esse espaço revelava muito mais heterogeneidade que similitudes: pequenas formações urbanas, engenhos e áreas produtoras e espaços intersticiais com ocupação de gentil e formação de quilombos.

O Recôncavo aqui indicado, desta forma, atende às demandas da pesquisa proposta que pretende analisar a formação e conexões da rede e a estruturação espacial das principais nucleações urbanas do período colonial. Com os olhos da atualidade, percebe-se que o recorte espacial proposto engloba uma série de municípios que, no início do século XXI, já perderam seus antigos vínculos com a baía de Todos os Santos, mas que outrora compunham o termo da cidade de Salvador e das cinco vilas que rodeavam a baía de Todos os Santos. Assim, para a Salvador proposta no recorte espacial de 1725, têm-se como municípios na atualidade: Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Camaçari, Dias D’ávila, Candeias, Mata de São João, Itanagra, Madre de Deus, Itaparica, Vera Cruz e Salinas da Margarida. Do mesmo modo, da Vila e termo de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, em 1725, desmembraram-se os atuais municípios de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Pojuca e Catu. Para a Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, têm-se: Santo Amaro, Saubara, Amélia Rodrigues, Terra Nova, Conceição do Jacuípe e Teodoro Sampaio. Para a Vila de Maragogipe: Maragogipe, São Felipe, Conceição do Almeida e Dom Macedo Costa. Para a Vila de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe: Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus, Vazedo, São Miguel das Matas, Lage e Nazaré, formação urbana portuária do rio Jaguaripe de grande centralidade no século XVIII,

mas só elevado à vila no século XIX. Para a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, com vasto termo que ia do litoral da baía ao sertão, decorrem os atuais municípios de Cachoeira, São Félix, Governador Mangabeira, Muritiba, Cruz das Almas, Sapeaçu, Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Milagres, Amargosa, Brejões, Nova Itarana, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Feira de Santana, Santa Bárbara, Tanquinho, Anguera, Serra Preta, Ipacaetá, Antônio Cardoso, Santo Estevão, Rafael Jambeiro, Santa Teresinha, Elísio Medrado, Itatim, Iaçu, Ipirá Pintadas, Baixa Grande, Macajuba, Ruy Barbosa, Lajedinho, Boa Vista do Tupim e Itaberaba.

A extensa lista de municípios da contemporaneidade (chegando a áreas interiores da Chapada Diamantina) se justifica para confirmar as argumentações essenciais de que o uso do conceito de Região deve atentar a uma dada dinâmica têmporo-espacial; ao entendimento que a pretensa unidade regional não existe em si, mas como generalização que guarda no seu interior uma gama de heterogeneidades de eventos e que, por isso mesmo, o recorte espacial rígido atende a demandas políticas, não revelando na essência toda a dinâmica dos processos espaciais.

Rede urbana ou formações puntiformes?

O recorrente uso do conceito de Rede Urbana para o Recôncavo colonial sugere uma preocupação com a anacronia, entretanto, tomando emprestado a conceituação de Corrêa (2001)³ ratifica-se que, tal qual fez Santos (1960), o conceito se aplica amplamente à realidade urbana vivida no Recôncavo baiano nos séculos XVI a XVIII. Ainda acompanhando o pensamento de Corrêa (2001) tem-se clareza na diversidade de redes urbanas possíveis, mas adotando-se como pressupostos a concretude dos pontos fixos e a circulação de fluxos materiais e/ou materiais onde a rede se realiza, não se pode descartar a configuração de uma rede

³ “Em termos genéricos a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros. [...] é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência de diversos tipos de redes urbanas de acordo com o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede” (CORRÊA, 2001, p.93)

urbana naquele tempo e espaço. Uma rede que não tinha a sua existência num sistema hermético, mas que se constituía em um dos “tentáculos”, por séculos o mais rentável (VASCONCELOS, 2002), do império comercial português.

Acredita-se ainda, conforme argumentações preliminares postas no item adiante, que havia uma série de aproximações entre esses núcleos urbanos, em especial pelo fato de terem sido durante longo período (nos séculos XVI até a primeira metade do XIX) centros de atração econômica, localização e aporte de grande demanda de “capital”, se constituindo em nucleações da rede urbana estabelecida naquele momento histórico.

A dinâmica urbana do Recôncavo baiano esteve diretamente atrelada ao seu espaço contíguo e às possibilidades de circulação para Salvador através de um sistema flúvio-marítimo que articulava áreas de produção, capitais regionais, capital da colônia (espaço da administração, defesa e porto exportador) e destinos diversos no mundo. Nesse sentido é necessário rever esses elementos do sistema, entendendo a lógica têmporo-espacial ali presente. Ratifica-se, entretanto que, mais que a necessidade de entender as formações urbanas como forma ou desenho, é fundamental entendê-las como pontos articuladores, “cidades-chaves”, de uma rede colonial que impõe um novo pensar e agir por vasto território.

Breves reflexões sobre a pesquisa primária

De forma ainda mais concreta, atendendo a um dos objetivos desse texto que é a migração do campo teórico (debates, dúvidas e inquietações) para a aplicação prática num estudo em curso, depois de trazer ao debate o Recôncavo baiano e o seu uso como Região e Rede Urbana, pretende-se, neste item, apresentar preliminarmente, dados de um primeiro contato com a pesquisa primária que alimentem a argumentação posta até então.

O trabalho de recuperação histórica e digitalização dos códices, especialmente para o caso brasileiro, do meado do século XVII até o final do período colonial quando o controle da documentação esteve sob a égide do Conselho Ultramarino,

possibilita na nossa contemporaneidade amplo acesso ao Arquivo Histórico Ultramarino Português. É um material recentemente disponibilizado ao público no Brasil através da concentração das informações nos Arquivos Públicos dos Estados da União e, nesse sentido, ainda carece de ser transformado de documentação em análise e texto histórico.

Conforme argumentação anterior, este trabalho de produção de texto histórico perpassa pela individualidade interpretativa e, necessariamente, traz como resultado uma das versões possíveis para eventos vividos sob angulações múltiplas. Como afirmou Bernard Lepetit

Toda apreensão do mundo é baseada num recorte particular de sua diversidade, constataremos, então, que a pesquisa histórica põe em jogo dois recortes do real, dos quais um (o da história) é, quanto aos elementos que é capaz de incorporar, dependente do outro (o do arquivo). (LEPETIT, 2001, p.134).

Há nos referidos arquivos, notadamente para o caso da Bahia (3.310 páginas com cerca de 20.000 resumos de documentos⁴) uma grande concentração das informações no século XVIII, possivelmente por conta do maior alcance do fenômeno urbano em rede interna e externa, do maior número de vilas, pela densificação da ocupação humana nas áreas exploradas e, fundamentalmente, pela ampliação riqueza produzida pela Colônia neste século. A data extrema mínima é, para a Bahia, 1604, entretanto há apenas uma dezena de referências ao Recôncavo no século XVII, ao passo que elas abundam no século XVIII e início do XIX. Ressalva-se dessa forma, nesta fonte, uma lacuna de informações sobre as formações urbanas do Recôncavo no século XVI que, ainda que incipientes, acredita-se que eram ocupações punctiformes que demarcavam o início da exploração canavieira na região.

O material consultado apresenta resumos de requerimentos, cartas, pedidos, representações, consultas, despachos, ofícios, cartas patentes, decretos, alvarás, provisões, cartas régias, mapas, etc. Contatos formais entre os variados níveis hierárquicos da Colônia (do escravo e morador ao Governo-Geral e Juiz de Fora) e

⁴ Esses documentos compõem a última remessa de microfilmes do Arquivo Histórico Ultramarino para o Arquivo Público da Bahia, eles ainda não foram catalogados, daí serem chamados de “Documentos Avulsos”, diferentemente de duas outras remessas já organizadas por assunto, uma de 30.000 documentos e outra de 4.000.

entre a Colônia e a Coroa, o Tombo e o Conselho Ultramarino. São resumos que apresentam a data, o local e o pleito ou ordem; eles indicam preciosas pistas sobre o “funcionamento” do Brasil Colonial, entretanto não há aprofundamento das informações, para isso sendo necessário recorrer ao documento na sua íntegra. Essa possibilidade por si só já alimenta uma imensa perspectiva de pesquisa histórica.

Os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino apresentam uma riqueza de dados que revelam o cotidiano da Colônia, confirmando algumas “verdades” historicamente concebidas e questionando outras, ou ao menos, apresentando indícios a serem pesquisados. De forma abrangente a leitura dos resumos revelam a dinâmica do Recôncavo colonial na sua dimensão espacial, tanto física (mapeamentos, registros de posse, pedidos de sesmarias, solicitação de construção de engenhos, sobrados e capelas, etc) quanto social (litígios passionais, por posse de bens e herança, por facilitação na produção, ocupação e migração de cargos, formação de irmandades, etc). Entretanto, ratifica-se que imensas lacunas permanecem, visto que essa fonte considera os escritos formais que foram guardados com a Coroa, descartando a diversidade do acontecer cotidiano das pessoas que não tinham acesso ao texto escrito e à hierarquia da lei⁵, desta forma, priorizando um certo grupo social.

Perfilando-se as principais revelações/indícios e confirmações vistos em cerca de 700 resumos que tratam diretamente de formações urbanas do Recôncavo baiano no período colonial, têm-se:

(1) No primeiro ano do século XVIII, uma Carta Régia (doc. 313) apresenta uma ordem para que “não haja comunicação pelos sertões com as minas de São Paulo e destas não se receba gado e outros mantimentos”. Um pequeno texto que nos apresenta algumas pistas: a restrição indica que havia comunicação interna entre as vilas brasileiras; a sugestão do sertão como ermo (AMADO, 1995) também revela

⁵ A leitura de Deleuze (2005, p.39) sobre “Vigiar e Punir” de Foucault é esclarecedora, quando o autor, tratando do Postulado da legalidade comenta que “A lei é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar [...] A lei é uma gestão dos ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis ou inventando-os como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes dominadas, ou, mesmo, fazendo-os servir à classe dominante, finalmente, proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação”.

um vasto espaço interior com caminhos que aproximavam as áreas ocupadas; no caso do recorte espacial aqui proposto, especialmente para a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, apresenta-se um longo termo que se estende para os sertões, esta sendo uma referência usual quando se trata dos produtos que chegavam ao porto de Cachoeira; as “minas de São Paulo”, possivelmente, já possuíam relativa importância e ocupação para induzir às trocas de mercadorias com outra centralidade do Brasil Colonial do século XVIII, o nordeste açucareiro; enfim, mais uma vez, ratifica-se uma conectividade entre pontos interiores da rede urbana colonial brasileira. Esse entendimento é confirmado também pelas referências a uma série de pedidos de mudança de cargos ou de cartas-patentes entre moradores das vilas do Recôncavo ou mesmo de outras partes dos domínios coloniais portugueses para o Recôncavo baiano.

(2) Conforme suscitado alhures, a maioria dos resumos diz respeito a pedidos e nomeações de cargos diversos: eclesiásticos, militares, jurídicos e administrativos, muitos deles assumidos como propriedade familiar e passados como dote, presente e herança. A nomeação final dos cargos sob responsabilidade da Coroa apresenta um indício de controle do acontecer na Colônia, ocupando posições estratégicas, como a de Juiz de Fora, com pessoas de confiança. Se por um lado há uma sugestão de domínio hierárquico da Coroa em relação ao espaço colonial, por outro, esses documentos pesquisados dão indícios de um micro-poder⁶ determinante nas relações cotidianas e no acontecer concreto dos diversos espaços, levando-nos a crer, muito mais numa heterogeneidade de eventos que nas recorrentes generalizações históricas do Brasil Colonial.

(3) É curioso observar que os referidos documentos retratam, ainda que brevemente, diversos litígios pelos mais variados motivos, tanto no espaço urbano (traições, posse por escravos, violência e mortes) quanto no rural (posse de terra, impedimento de produção em determinadas áreas, conflitos de usos – gado solto e mandioca, por exemplo –, contato com gentil). O aprofundamento na análise desses

⁶ Confirma-se aqui o entendimento dado por Foucault (2006, p.178-179), de um micro poder disciplinar que se forma à luz da regulação jurídico-política, do saber científico, controle e uso do corpo e da vigilância panóptica. Um micro poder atrelado e controlado por “normas sociais” e outros instrumentos (mídia e equipamentos de coerção), entretanto diluído na diversidade das relações sociais.

documentos pode ilustrar numa micro-escala a diversidade da dinâmica sócio-espacial dessas localidades.

(4) Antes da formação da Vila, mas mesmo depois desse fato político-administrativo, especialmente para Nazaré que só se emancipa no século XIX, é habitual o uso da terminologia “freguesia”, um recorte espacial eclesiástico. Isso tanto confirma a participação decisiva da Igreja Católica no processo de colonização português, como sugere uma complementaridade nas ações e interesses entre os domínios religiosos (Igreja) e político-econômicos (Coroa). Por vezes, como no caso indicado, a ocupação e delimitação religiosa precedia a administração da Coroa. Nesse mesmo sentido, a abundância de referências circunscreve a vida urbana às Ordens e Irmandades religiosas, verdadeiras entidades de convívio e aglomeração social. Acredita-se que o aprofundamento do estudo nos seus arquivos possibilite entender melhor como se estruturava a sociedade urbana daquelas Vilas do Recôncavo.

(5) As recorrentes referências às tropas, regimentos, cargos militares e existência de soldados que obrigatoriamente deveriam ser aquartelados em casa de moradores, além de grupos pagos como os Dragões da Vila de Cachoeira remete à preocupação com a defesa nessas vilas interiores, entretanto ratifica-se a maior preocupação com o inimigo interno e a ordem urbana, visto que não há dados que comprovem a existência de fortificações no interior das formações urbanas estudadas, quando muito, a defesa do território acontecia na barra do rio, nesse caso, do Paraguaçu e Jaguaripe. É significativo também observar que esse público destinado ao serviço militar tanto gerava renda urbana, como compunha a população que ocupava e dava vida às vilas, esse fato concreto é pouco revelado na história oficial que trata da tropa apenas nos grandes eventos de litígio e defesa.

(6) O vínculo entre a Coroa e a Igreja, já citado anteriormente, está explícito em diversos documentos, como no pedido de verba para construção de edifícios religiosos, a exemplo das obras da construção da Matriz de Cachoeira, com solicitação de “esmolas” em 1724. Mais uma revelação de um importante agente na configuração espacial das vilas do período colonial. Pode-se dizer, preliminarmente que a Igreja Católica possuía várias funções, como o instrumento de controle social

(determinação de hábitos e práticas) e contagem da população, o desbravamento do território, a composição de uma “ordem” em classes sociais, dentre outras.

(7) A solicitação, em vários documentos, de autorização para armamento de comboios que vão se distanciar dos centros urbanos sugere que os sertões de fato demarcavam caminhos por territórios a serem definitivamente ocupados, possivelmente com presença de gentil e quilombos e, conseqüentemente, sujeito a saques. Também nesses documentos há uma clara referência a linhas reticuladas que conectavam fluxos no interior do Recôncavo e entre este e as Minas. Como se percebe, o limite ocidental do Recôncavo era absolutamente impreciso, podendo dizer respeito ao espaço imediato para além da Cachoeira, como ao distante entorno das áreas mineiras, impossibilitando para aquele tempo e espaço, um recorte regional com fronteiras rígidas e definitivas.

(8) Ainda sobre a ação dos religiosos, salienta-se a ação beneficente da Misericórdia, a participação na vida econômica (posse de escravos e dotes, solicitação de rendimentos por passagem de rios, recolhimento de esmolas, etc), a operação de casas de saúde, a exemplo do Hospital de Cachoeira, em 1757, e mesmo ao recolhimento de “moças de família” para o hábito religioso. Apesar da ampla participação na estruturação da sociedade local, havia litígios envolvendo essas entidades religiosas a exemplo da referência de litígio dos Carmelitas com os “religiosos” (doc.7677), da solicitação da Câmara de Cachoeira para que os clérigos e irmandades acompanhassem as procissões (doc.10318) e do pedido dos moradores para a redução do preço dos funerais que aconteciam por conta das irmandades (doc.11395). Mais uma vez uma inusitada referência às relações na micro-escala, a um foco que foge da história generalista, mas que “conta” coisas novas para o entendimento da dinâmica espacial daquelas localidades.

(9) A presença de negros urbanos é revelada em diversos documentos, desde as indicações de litígio pela posse até a constituição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, entretanto pouco se diz sobre a espacialidade e sociabilidade desses homens em espaços onde a intensa produção rural implicava em amplo uso da mão-se-obra escrava. Os papéis desses negros urbanos nas vilas

do Recôncavo baiano no período colonial ganham força com as indicações da sua existência e aglomeração em grupos societários.

(10) Especificamente para Cachoeira e Santo Amaro, transformadas em vilas em 1698 e 1725, respectivamente, aparecem documentos de representações diversas (Câmara, juízes e Conselhos) solicitando isonomia salarial com funções similares de outras vilas do Recôncavo, do Brasil e mesmo de outros espaços do domínio português. A curiosa organização e pleito funcional revela um conhecimento amplo do território ocupado e da realidade regional, mais uma vez, confirmando a idéia de uma rede urbana bem articulada ainda que, para a região do Recôncavo, decisivamente vetorizada pelo porto de Salvador.

Essas considerações feitas a partir de uma primeira leitura dos resumos do Arquivo Histórico Ultramarino Português que fazem referência às vilas de Cachoeira, Santo Amaro e ao distrito de Nazaré da Vila de Jaguaripe, ainda carecem de uma busca detalhada dos documentos na sua íntegra, porém já se constituem em indícios reveladores dos processos urbanos que se pretende pesquisar e dão margem a especulações mais fundamentadas sobre a dinâmica ainda não revelada dessas vilas que se configuravam na interface entre a área de produção rural e a conexão (escoamento e abastecimento) com a rede colonial portuguesa.

Considerações finais

Conforme indicado no início desses escritos, o texto aqui apresentado possui caráter teórico e faz vínculos, ao final, com algumas possibilidades de aplicação prática do debate na pesquisa em curso. Ele decorre de um momento inicial do trabalho de doutorado e foi produzido como exercício de amadurecimento para o uso de conceitos e categorias de análises, nesse sentido, apesar de já apresentar alguns indicativos substantivos que sugerem aprofundamento de estudo, ainda guarda uma série de questões que não possuem resposta nessa fase.

O tema que revela a história das cidades guarda grande relevância, especialmente na temática que aborda a dinâmica sócio-espacial das formações urbanas coloniais

brasileiras, não como fato isolado com destaque exclusivo na implantação, mas como entendimento do urbano como processo dinâmico movimentado pela ação de agentes diversos na produção do espaço. Ele tem absorvido os estudos de um número significativo de pesquisadores na contemporaneidade. No caso brasileiro só na segunda metade do século XX, trabalhos precursores como o de Reis Filho (1968) e outros mais desmistificaram a lógica preponderante nos estudos das cidades coloniais e inauguraram uma análise que enfoca a dinâmica territorial e, especialmente para as décadas de 1980 e 1990, os interesses e ações concretas na conformação do espaço urbano e no debate epistemológico sobre uma nova história do urbano e das cidades brasileiras⁷ revelam preocupações contemporâneas com a revelação de um passado não visto e analisado, eventos que tendem a ser resgatados na pesquisa micro-histórica, como orienta Lepetit (2001) e que tendem a apresentar o espaço do presente sob outras perspectivas. Este, certamente, se configura como o objetivo central da pesquisa aqui pensada, ou seja, ler nas entrelinhas da história escrita para contar uma outra história, uma nova história do urbano, especialmente para o Recôncavo colonial, que considere as relações de micro-poder que movimentavam o cotidiano da rede e do interior das formações urbanas daquele tempo e espaço. Desvelar o poder do discurso oficial e procurar as brechas (eventos não revelados) dentre o que foi revelado como verdade. Entender o porquê do não-dito e procurar o seu real significado. Na essência, desconstruir o texto da história e abrir frestas para ver o não-dito e, nesse caso, construir novos sentidos para o entendimento do Recôncavo colonial.

Ratifica-se, em tom conclusivo que, não obstante a concordância com Reis Filho (1968) sobre a existência de uma política urbanizadora portuguesa para a Colônia, é relevante notar que as similaridades regionais (ocupação pretérita, sítio, inserção produtiva na lógica colonizadora, acessibilidade) produziram dinâmicas próprias na evolução das formações urbanas do Brasil colonial, especialmente nos centros menores nas diversas regiões brasileiras. Os agentes atuantes e os interesses e formas de produção do espaço atendiam às dominâncias regionais, como bem alerta Pinheiro (2002, p. 38), “antes do século XIX, o território brasileiro é formado

⁷ Coletâneas como os livros organizados por Fernandes e Gomes (1990), Padilha (1998) e Pinheiro e Gomes (2005) revelam a preocupação de diversos autores distribuídos por vários institutos de pesquisa pelo Brasil e no exterior à luz de novas perspectivas para a história das cidades para além da ordem cronológica universal.

por subespaços que evoluem segundo lógicas próprias, ditadas pelas relações com o mundo exterior”. A produção urbana do Recôncavo baiano, conforme argumentação já apresentada nesse texto, indica uma caracterização regional própria da dinâmica ali estabelecida no período colonial e, até por isso, uma peculiaridade na formação urbanística brasileira que merece um olhar crítico e aprofundado.

Nesse sentido, a análise da produção dessas principais nucleações urbanas pesquisando a dinâmica sócio-espacial desses espaços pode possibilitar a própria revisão da urbanização brasileira em centros menores. Assim, o estudo proposto procura outros sentidos para o entendimento das formas que decorrem de uma riqueza pretérita da rede urbana implantada no Brasil e que merece ser “lida” para a própria compreensão de uma outra história urbana sob novas temporalidades e enfoques não abordados que conteste história urbana nacional como produto acabado de um passado único e estático.

Referências

- AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 8, n.15, 1995, p.145-151.
- ARAÚJO, Ubiratan C. de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: **Revista Bahia Análise e Dados**. Vol. 9, nº. 4. Salvador: SEI, março/2000, p. 10-23.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO PORTUGUÊS. Seção Bahia, 005, Cx. 20, Doc. 1833; Cx. 134, Doc. 10409 e Cx. 211, Doc. 14913. Arquivo Público da Bahia, Microfilme.
- BRANDÃO, Maria de A. Propriedade e uso da terra na periferia norte do Recôncavo açucareiro; aspectos de história recente. In: **Revista Planejamento**. Volume IV, nº. 01. Salvador: SEPLANTEC/CPE, Jan./Mar. 1976, p. 5-28.
- CORRÊA, Roberto L. **Trajatórias Geográficas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia S. Martins; Rev. Renato Ribeiro. 5.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2005
- FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 31.ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2006. [1.ed. 1975. *Surveiller et punir*].
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. **Diferente forma de pensar a cidade e o urbanismo**. A história e a lógica da multiplicidade. Anais do VIII Seminário da História da Cidade e do Urbano. Niterói/RJ, 2004.
- PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998.
- PEDRÃO, Fernando C. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, M. de A. (org.) **Recôncavo da Bahia**. Sociedade e economia em transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Universidade Federal da Bahia, 1997, p. 217-239.
- PINHEIRO, Eloísa P. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002.
- PINHEIRO, Eloísa P. & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.) **A cidade como história**. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA/PPG-AU/FAUFBA, 2005.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- SANTOS, Milton. **A Rede Urbana do Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: Um breve histórico. Salvador: SEI, 2003, CD Room.
- VASCONCELOS, P. de A. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.